

Série Memórias  
Volume 3



# Índios e Africanos na Jundiaí Colonial

Índios e Africanos na Jundiáí Colonial  
(ISSN: 1519-2075)



Prefeitura do Município de Jundiáí

Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente

2002

Série Memórias (ISSN: 1519-2075)  
Volume 1: O centro da cidade  
Volume 2: Lugares  
Volume 3: Índios e Africanos na Jundiaí Colonial

*Copyright*

Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente  
Avenida da Liberdade, s/n.º - 5º andar - Ala Sul  
CEP: 13214-900 Jundiaí - São Paulo Brasil  
E-mail: planejamento@jundiai.sp.gov.br  
Site: www.jundiai.sp.gov.br

Prefeitura do Município de Jundiaí  
Prefeito Miguel Haddad  
Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente  
Secretário Francisco José Carbonari

Equipe Técnica

Walter Fagundes Morales (autoria de texto, desenhos e fotos não creditadas especificamente).  
Maria Angela Borges Salvadori (coordenação da série)  
José Ricardo Guimarães Carvalho (arte-final)

Agradecimentos: Paulo De Blasis, Erika Robrahn-González, John Monteiro, Izabela Moi, Flavia Moi, Pedro Paulo Abreu Funari, Paulo Vicentini, Romualdo Russo, Edison Rodrigues, Marta Heloisa Salum, Paulo Zanettini

Ficha Catalográfica

Jundiaí (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Índios e Africanos na Jundiaí Colonial. Jundiaí: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, 2002. 84 p. il (Série Memórias, Vol. 3)

1. Jundiaí - História
2. Jundiaí - Arqueologia
3. Jundiaí - Escravidão
4. Jundiaí - Índios

Capa: Mapa da capitania de São Paulo no século XVIII. Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Memória do Transporte Rodoviário*. São Paulo: CPA, s/d., p. 18.

Somos uma cidade com quase 400 anos. Contudo, temos mais informações sobre nossa história recente, particularmente a partir da segunda metade do século XIX e, principalmente, a partir da intensificação dos movimentos de imigração. É certo que já fomos, em termos territoriais, bem maiores do que hoje. Mas é igualmente certo que, daquele passado distante para cá, a cidade cresceu muito em termos econômicos e no que diz respeito a sua importância regional, crescimento este que se explica pela presença dos imigrantes certamente, mas também pelo empenho de índios, africanos e afrodescendentes que, em épocas mais remotas e submetidos à escravidão, constituíram parte significativa de nossa população trabalhadora.

A publicação deste terceiro volume da série Memórias nos ajuda a conhecer e compreender melhor este processo de mudanças e vem suprir uma lacuna no que diz respeito à divulgação de nosso passado mais distante.

**Francisco José Carbonari**  
**Secretário Municipal de Planejamento**  
**e Meio Ambiente**

## Sumário

1. Apresentação .....	7
2. A região de Jundiáí antes da colonização .....	13
3. Jundiáí nos primeiros séculos .....	21
4. Das bandeiras ao porto seco .....	27
5. Os índios e a sociedade colonial de Jundiáí .....	33
6. De índio a escravo .....	41
7. Índios, africanos e brancos .....	47
8. As evidências arqueológicas .....	63
9. Considerações finais .....	71
10. Para saber mais .....	75



*"Cada povo, cada cultura atualiza uma das formas possíveis de humanidade. São modos alternativos de 'ser gente'. A exigência maior, portanto, na conduta recíproca entre os representantes de culturas diversas é o esforço pelo relacionamento simétrico. É o respeito pela diferença."*

(SILVA, Aracy Lopes da (Org). Citado por Secretaria de Estado da Educação/Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Prática Pedagógica, 3º e 4º séries: 1º Grau*. São Paulo: SE/CENP, 1993. Vol. 1, p. 208.)

## **1. Apresentação**

A Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente traz algumas novidades neste terceiro volume da *Série Memórias*. O leitor poderá observar que, pela primeira vez, abrimos espaço para a divulgação de obras de terceiros. Neste caso, trata-se da adaptação da dissertação de mestrado do arqueólogo Walter Fagundes Morales cujos temas centrais se referem à presença, ao trabalho de índios e africanos na Jundiá do século XVIII e às relações que se estabeleceram entre diferentes culturas. Deste modo, esta Secretaria pretende suprir, mesmo que parcialmente, uma lacuna ainda existente no que diz respeito à divulgação de nossa história nos primeiros tempos da ocupação da cidade. Busca, também, atender às consultas que freqüentemente são feitas, principalmente por professores e alunos do ensino fundamental e médio, sobre esta presença.

Em segundo lugar, e diferente do que ocorreu nos dois volumes anteriores, as fontes aqui utilizadas possuem uma natureza mais variada. Para além dos documentos escritos, dos mapas e dos desenhos, o leitor poderá observar reproduções de objetos de cultura material ou de seus fragmentos - tais como cacos de cerâmica, cachimbos e instrumentos de trabalho - encontrados na região de Jundiá a partir de pesquisas arqueológicas. Essas pesquisas possibilitaram a investigação sobre o modo de vida de índios, africanos, europeus e seus descendentes e sobre as relações sociais - de domínio, resistência e convivência - que marcaram aquele cotidiano; "fazem falar" aqueles que, em geral, são calados em documentações de caráter mais oficial.

Neste sentido, é necessário reconhecer que sabemos pouco sobre a escravidão na cidade e sobre as pessoas que a esse regime de trabalho foram submetidas. Na história de Jundiá, tal como ocorreu em muitas outras regiões, este período foi sendo apagado de nossa memória social que, como sempre reiteramos, é seletiva, elegendo acontecimentos pelos quais quer ver seu passado preservado. Seu lugar foi ocupado pela saga dos imigrantes - particularmente dos europeus - e pela história do trabalho assalariado que, evidentemente, são também fundamentais para a constituição de nossa identidade.

Sobre o passado mais distante, restaram cartas de doação de terras, uns poucos testamentos, atas da câmara da então vila e desenhos esparsos. Todos esses documentos são muito reveladores, mas enfatizam personagens e acontecimentos singulares, revelando pouco sobre a história mais cotidiana da cidade. Tal procedimento, embora compreensível quando analisado da perspectiva de seus autores e do contexto histórico em que estavam inseridos,

nos legou problemas que se relacionam diretamente ao tempo presente; o silêncio sobre a escravização de índios e negros pesa sobre a história do país ainda hoje, nas muitas formas de preconceito - evidentes ou dissimuladas - contra esses dois grupos.

Assim, falar sobre esta remota história é, também, um esforço por recuperar a importância do trabalho desses sujeitos na constituição da cidade que hoje conhecemos. O filósofo Walter Benjamin, em suas *Teses sobre a filosofia da história*, dizia:

*" (...) nada do que alguma vez tenha acontecido pode ser considerado perdido para a história. Certamente somente uma humanidade redimida há de assumir todo o seu passado. Isso quer dizer: tão somente à humanidade redimida o passado se torna citável em cada um de seus momentos" (BENJAMIM, 1985: 155)*

Benjamin sugere, portanto, que os lugares e acontecimentos sobre os quais nosso conhecimento é mais esparso, mais nebuloso, são exatamente aqueles que merecem nossa atenção. Indicar a existência desses silêncios e inquirir sobre suas eventuais razões é um trabalho tão significativo quanto o de sistematizar as informações já existentes. E ainda mais; é um esforço do qual depende o bom equacionamento dos problemas que se colocam no tempo presente.

Por este motivo, numa cidade cuja memória tem no trabalho - na lavoura, na indústria, na ferrovia, no comércio - um de seus suportes básicos, é fundamental resgatar a participação daqueles que, nos primeiros tempos, particularmente entre os séculos XVI e XVIII, constituíram a maior parte dos trabalhadores. Em outras palavras, é preciso pensar a escravidão de índios e negros na Jundiá colonial - e, de resto, em todo o país - como parte da história do trabalho. É preciso pensar nesses nossos primeiros habitantes como trabalhadores que, tal qual nós, vivenciavam dissabores e alegrias cotidianos.

Embora a condição de submissão tenha impedido que estes sujeitos deixassem registros mais diretos de seu passado, um leitor atencioso pode encontrar nas entrelinhas dos textos mais conhecidos e de caráter mais oficial, bem como nos fragmentos de seus objetos cotidianos, sua presença e sua marca; tentamos, assim, devolver-lhes a condição de sujeito que, ao longo dos séculos, lhes foi negada.

A força que impulsiona para trás o olhar vem das questões que temos hoje, não apenas como jundiarienses - de nascimento ou coração - mas como cidadãos de um país cindido ainda por profundas desigualdades sociais e por arraigados preconceitos. Neste sentido, identificar na história aqui apresentada fragmentos do nosso passado implica necessariamente no combate a esses preconceitos e no reconhecimento do outro como um igual.

**Maria Angela Borges Salvadori**  
Assessora Técnica da Secretaria Municipal  
de Planejamento e Meio Ambiente  
Coordenadora da Série Memórias



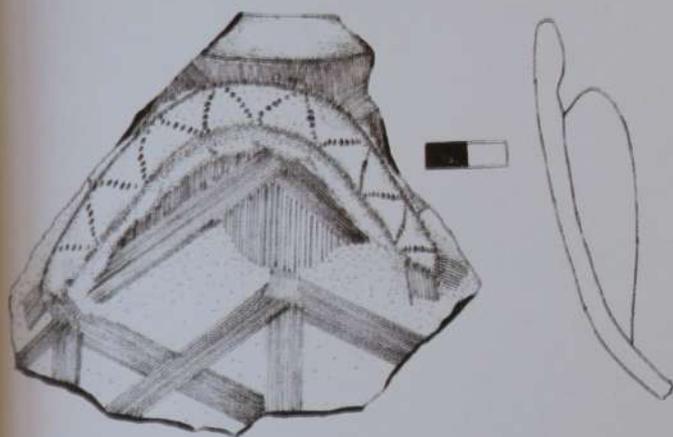




*"O Brasil é uma criação recente. Antes da chegada dos europeus, há menos de quinhentos anos, essas terras imensas que formam nosso país tiveram sua própria história, construída ao longo de muitos séculos, de muitos milhares de anos. "*

(GUARINELLO, Norberto Luiz. *Os primeiros habitantes do Brasil*. São Paulo: Atual, 1994, p. 6.)

## **2. A região de Jundiaí antes da colonização**



Reprodução de fragmento de alça de vasilha de barro coletado na região do bairro Medeiros, Jundiaí, SP. A presença de incisões e desenhos no vasilhame pode revelar a origem daqueles que os confeccionaram.

A data da fundação oficial de Jundiaí remonta ao início do século XVII. Porém, bem antes disso, estas terras foram ocupadas por outros povos cuja história é difícil de ser reconstruída. Na ausência da escrita, forma de registro hegemônica na cultura ocidental, é necessário buscar outras fontes para o conhecimento do modo de vida destes que foram os primeiros habitantes da região. Dentre essas fontes, destacam-se os vestígios arqueológicos, fragmentos de objetos, de cultura material, que nos ajudam a conhecer um pouco mais sobre esse passado remoto.

## O QUE É ARQUEOLOGIA?

A arqueologia é uma ciência que tem como principal objetivo entender o funcionamento e as transformações pelas quais passaram as sociedades ou culturas humanas ao longo do tempo (FUNARI, 1988). Ao contrário do que a maioria das pessoas pensa, o arqueólogo não é nenhum "Indiana Jones" e não se preocupa em achar tesouros. Seu interesse real é desvendar o passado humano nas diferentes formas assumidas pelos diversos povos nas mais variadas datas. Para tanto, emprega os vestígios materiais que sobraram dessas sociedades. Esses vestígios, cujo conjunto é chamado de "cultura material", englobam todo e qualquer objeto produzido, utilizado e/ou modificado por uma sociedade em um dado momento como, por exemplo, um pedaço de porcelana inglesa do século XVIII, uma ponta de flecha lascada por um indígena brasileiro ou até mesmo uma cidade inteira, como Pompéia, na Itália. Cada um deles remete ao passado e, em maior ou menor grau, permite conhecer coisas e acontecimentos que ocorreram há muito tempo, mostrando a existência de pessoas que possuíam culturas, estilos de vida e formas de ver o mundo bem diferentes das nossas.



Estes vestígios de cultura material encontrados em Jundiá, SP, revelam hábitos cotidianos. Os fragmentos de faiança são ingleses, produzidos industrialmente entre o final do século XVII e o início do XVIII. Eles indicam a presença de pessoas com poder aquisitivo suficiente para importar tais produtos em uma sociedade na qual a maior parte da população usava potes de barro por ela própria confeccionados. Abaixo estão quatro cachimbos cerâmicos. Os três mais escuros são artesanais, produzidos por indígenas e/ou africanos; o mais claro, foi importado da Europa.

Arqueólogo em trabalho de escavação junto a um sítio arqueológico. Sauípe, BA 1998. Fonte: Zanettini Arqueologia



Os estudos arqueológicos desenvolvidos até o momento na área do município de Jundiaí indicam a existência de material cerâmico e de pedra polida associados aos grupos indígenas que utilizavam um tipo de cerâmica conhecida arqueologicamente como "Tradição Tupiguarani".

Rumo ao interior paulista, em áreas um pouco mais distantes, foi possível conhecer mais sobre as pessoas que ocuparam estes locais antes da chegada dos portugueses, devido ao maior número de pesquisas arqueológicas já realizadas. Essas pesquisas indicam



Fonte: KOSHIBA, Luiz. *O índio e a conquista portuguesa*. São Paulo: Atual, 1994, p.6.

## OS TUPI-GUARANI

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os índios Tupi-guarani, posteriormente utilizados como escravos, habitavam territórios em áreas de floresta tropical, de clima quente e chuvoso, morando em pequenas aldeias abertas na mata. Sua subsistência estava baseada principalmente na agricultura, com o cultivo de roças de milho, mandioca, batata-doce e fumo, complementando sua alimentação com a caça e a pesca. Conheciam o uso da cerâmica e confeccionavam uma grande variedade de vasilhas usadas para armazenar água ou alimentos e cozinhar. Muitas delas eram pintadas ou decoradas com incisões de motivos geométricos finamente trabalhados. Os vasos maiores, as urnas funerárias, eram utilizados para enterrar seus mortos. Não conheciam o emprego dos metais, fabricavam ferramentas de pedra, como os machados de pedra polida que usavam para abrir as matas, e mãos-de-pilão, com as quais moíam as sementes cultivadas. Ocuparam uma grande extensão do atual território nacional e os restos de suas vasilhas de cerâmica e ferramentas de pedra ainda são encontrados de norte a sul do país.

uma ocupação humana antiga, situada no período conhecido como "Arcaico" (aproximadamente entre 8.000 e 2.000 anos atrás). Essa ocupação foi realizada por pequenos grupos nômades de grande mobilidade que tinham uma economia voltada para a caça e a coleta. O principal vestígio material deixado por essas sociedade é um modo refinado de lascar a pedra, conhecido entre os arqueólogos como "Tradição Umbu".

Esses grupos nômades de caçadores e coletores começaram a se sedentarizar na região e a "domesticar" as plantas apenas no período chamado "Formativo" (há cerca de 2.000 a 500 anos), transformando a agricultura em sua maior fonte de alimentos. Viviam em aldeias, conheciam a manufatura cerâmica e tinham uma maior densidade demográfica e complexidade social do que aqueles que os antecederam. Não eram muito diferentes das populações que os portugueses encontraram quando por aqui chegaram em 1500.



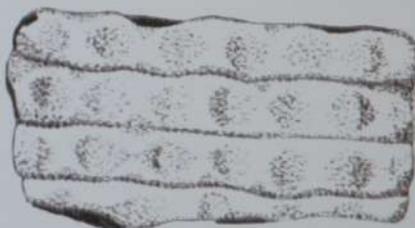
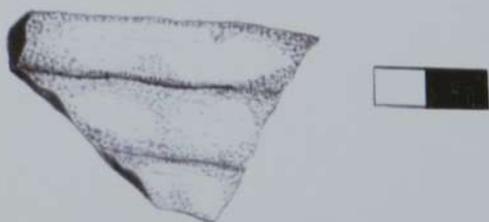
Fragmento de fundo de prato decorado com motivos próprios aos da "Tradição Tupiguarani".  
Fonte: Marcos Issa/Arquivo Zanettini Arqueologia.



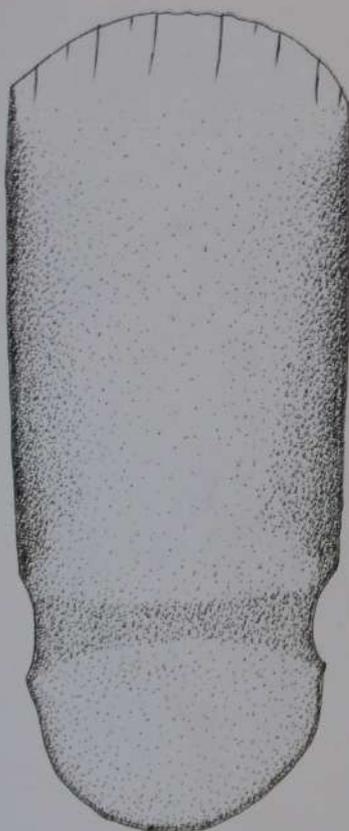
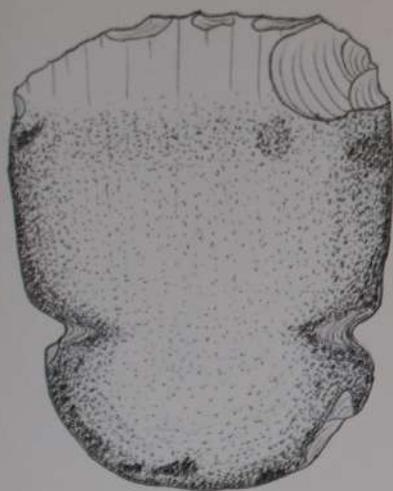
Parte de um pequeno recipiente cerâmico parcialmente reconstituído. Suas paredes estão cobertas por engobo vermelho, espécie de impermeabilizante bastante utilizado por grupos da "Tradição Tupiguarani" de várias partes do Estado de São Paulo desde tempos pré-coloniais.



Motivos cerâmicos encontrados na região de Jundiá.



Nestes fragmentos desenhados encontra-se a decoração "digitada", ou seja, feita com a ponta dos dedos pressionada sobre a pasta cerâmica ainda mole. Esta decoração é típica dos grupos da "Tradição Tupiguarani" que habitavam Jundiá antes da chegada dos portugueses.



Os desenhos representam artefatos de pedra polida utilizados por grupos da "Tradição Tupiguarani" que, no passado pré-colonial, habitaram a região. Os machados eram utilizados em atividades tais como corte de madeira e fabricação de canoas; o socador, à direita, para amassar sementes.



*"Tempos atrás, Jundiaí fora uma vila importante e rica, quando nas fazendas dos arredores se plantava muita cana de açúcar. Seus habitantes entretinham um animado comércio de mulas, que compravam ainda selvagens em Sorocaba, e as dominavam para depois revendê-las, como bestas de carga ou animais de selas e arreios. Atualmente, as terras se acham inteiramente depauperadas, o comércio de muares diminuiu sensivelmente e a indústria de selaria se extinguiu totalmente; a localidade perdeu todo o brilho dos tempos passados. Metade das casas da vila não são habitadas, seus donos a visitam apenas nos domingos, quando vêm de seus sítios à vila assistir à missa."*

(TSCHUDI, J. J. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980, p. 132.)

### **3. Jundiaí nos primeiros séculos**

Na época de sua fundação, Jundiáí era a "boca do sertão", isto é, correspondia ao local à frente da expansão territorial colonial e seus limites seguiam pelo interior paulista. Contudo, existem dúvidas sobre quem foram os fundadores da vila, a data precisa e as condições nas quais isso ocorreu. O ponto de partida para esta discussão é a obra de Azevedo Marques (1980) que afirmou que o início de Jundiáí deu-se em 1615, com a vinda das famílias de Rafael de Oliveira e da viúva Petronilha Antunes que, segundo ele, fugiram da justiça e se instalaram com seus familiares nestas terras.

Pesquisadores locais buscaram confirmar ou negar a data de 1615 e tentaram descobrir quais as causas judiciais que recaíam sobre os fundadores da cidade. Tentaram, também descobrir se o fundador - Rafael de Oliveira - seria o pai ou o filho, já que eram homônimos e, conseqüentemente, se era casado ou não com Petronilha (FOOT e COLAFERRI, 1995; CORDEIRO, 1959; SOUZA, 1970; PONTES, 1970; MAZZUIA, 1979).

O resultado mais recente da controvérsia está resumido nos *"Aditamentos à História da Fundação de Jundiáí"*, de Campanhole, Santos e Gicovate (1994). Nesta obra, os autores apontam o início da construção da capela em 1648; seu término, em 1651; a elevação do povoado à vila é datada em 1655. Os autores afirmam ser Rafael de Oliveira, o moço (o filho e não o pai), o fundador da "Villa Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy"; finalmente, definem como sendo de entradismo, o crime por ele cometido<sup>1</sup>.

Estes estudos indicam, portanto, que a migração inicial para Jundiáí está relacionada ao estabelecimento deste e de outros entradistas que se deslocaram com suas famílias para cá, fugindo da perseguição da justiça. A esses migrantes juntou-se uma nova onda que, em busca de solos produtivos, deixaria seus antigos núcleos, como a vila de São Paulo.

Uma das primeiras referências documentais atestando a doação de terras em Jundiáí pode ser encontrada na petição de Sebastião Fernandes Correa que, em 1642, recebeu uma sesmaria:

*"(...) nas cabeceiras de Petronilha Antunes cortando a ponta de terra de Hibiturucaia partindo de uma banda com terras de Amador Bueno e da outra banda com umas (...) de*

<sup>1</sup>As entradas eram instituições bélico-escravizadoras. Uma vez que a escravidão indígena era proibida no Brasil por lei portuguesa de 10 de março de 1570, capturar indígenas constituía-se em crime. No entanto, como as entradas foram numerosas e contínuas, principalmente em São Paulo, tais crimes acabavam sendo perdoados (CAMPANHOLE, SANTOS e GICOVATE, 1994).

*Pedro Madeira e confronta da banda de Amador Bueno com umas taperas que foram de um índio chamado Marafana rio arriba chamado Jundiahi que seriam duas léguas pouco mais ou menos em quadra pedindo me nome do dito senhor conde donatario desta dita capitania (...)"<sup>2</sup>*

Outra leva de migrações ocorreu por volta de 1653 e foi associada por Sérgio Buarque de Holanda (1966) às rixas que dividiam a Capitania em grupos rivais e chegaram a sua culminância com a fixação de descendentes de José Ortiz de Camargo ou de seu filho Jerônimo, acompanhados de familiares e agregados, em Jundiá. Desta forma, a vila futura:

*"(...) preparava-se para ser o verdadeiro baluarte da parcialidade oposta, beneficiando-se com isto da famosa querela de famílias que lhe dava mais moradores e maiores cabedais. É essa claramente uma amostra de como a preexistência de divisões no interior do antigo núcleo pode estar à origem desta verdadeira dicotomia, por onde a facção momentaneamente vencida é levada a ir formar entidade municipal distinta, com justiça própria e órgãos autônomos de poder" (HOLANDA, 1966: 98).*

Essa movimentação rumo ao interior foi característica do povoamento das terras paulistas nos primeiros séculos de colonização. Elas eram o resultado de desmembramentos de uma vila original que acabava por perder população e territórios. A história do povoamento de Jundiá manteve essa, entre outras, características do território paulista: iniciou-se com uma população proveniente de povoações e vilas já existentes para posteriormente sofrer ela própria esse desmembramento, em função dessa dinâmica de povoamento. Núcleos urbanos como Mogi Mirim e Campinas, por exemplo, elevados a vilas em 1769 e 1797 respectivamente, pertenciam, antes dessas datas, a então Vila de Jundiá<sup>3</sup>.

Ao ceder territórios e gente, Jundiá passou de um povoado em ascendência - na condição de "porto seco" no século XVII - para uma economia de subsistência no século XVIII. Com os constantes desmembramentos e a

<sup>2</sup>. *Sesmarias*, Vol. 1, pp. 436-464, de 04-07-1642.

<sup>3</sup>. O vigário da Freguesia de Campinas, para justificar a elevação daquele termo à cidade, alegava que os moradores se sentiam envergonhados por terem maior população e riquezas do que Jundiá. Por estes motivos, pedia o fim dos vínculos administrativos. Fonte: *Documentos Interessantes*, Vol. 3, p. 3.

migração de muitos de seus moradores para as Minas Gerais em busca de pedras e metais preciosos, a população residente em Jundiaí acabou por ser de pouca expressão até o século XIX. Recenseamento feito em 1766 apontou um total de 334 fogos e 1.372 habitantes, sendo 614 mulheres e 658 homens; no ano de 1767, havia 344 fogos e 1.624 habitantes<sup>4</sup>.

Essa situação parece ter permanecido até a primeira metade do século XIX, época a qual pertence o documento citado na epígrafe deste capítulo, escrito pelo viajante suíço Tschudi que passou pela cidade em 1857.

Somente a partir da segunda metade do século XIX, com o ciclo do café, a instalação da estrada de ferro e a vinda de imigrantes, Jundiaí, já elevada a cidade (o que ocorreu em 1865), retoma seu desenvolvimento e vê sua população aumentar de maneira significativa.



Conjunto arquitetônico da Antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Jundiaí, SP, 1999.  
Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/ Prefeitura do Município de Jundiaí.

<sup>4</sup> .O número de habitantes foi obtido a partir da "Lista dos fogos, mulheres e homens, assim crianças como adultos de todas as freguesias desta cidade de São Paulo e vilas de sua capitania", registrada em *Documentos Interessantes*, Vol. 73, p. 62. A expressão "fogos" era usual no período para designar as residências. Os dados relativos ao ano de 1767 foram encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo - TC - Jundiaí - 1767-1773, caixa 87.



*"Em 1702, Manoel Fernandes Souto, o moço e José Joaquim Souto de Guaxinduva e moradores em Santana do Parnaíba, (...) pedem umas terras na paragem chamada Mouserrate, principiando em uma cachoeira que esta no ribeirão chamado Ibujáú e atravessando a dita cachoeira de uma e outra parte do ribeirão, subindo da parte direita vindo da villa de Jundiahy por um morro grande, que principia ao pé da Cachoeira, até o seu cume e da parte esquerda da mesma forma e vindo ribeirão abaixo até o sítio onde os supplicantes moram, que terão duas mil e tantas braças ou o que na verdade se achar sem sertão, compreendendo só em si todas as vertentes, que correm para o dito ribeirão de uma de outra parte por não haver paragem que tenha sertão desempedido."*

(Repertório de Sesmarias concedidas na capitania de São Paulo entre 1721-1821, p. 375.)

#### **4. Das bandeiras ao "porto seco"**

Ao longo do século XVII, os bandeirantes acabaram por criar, durante suas andanças pelas matas para a captura de índios, pontos para o descanso nas beiradas de várias trilhas originalmente abertas pelos próprios indígenas. Com o tempo, muitas dessas paradas, formadas apenas por alguns poucos casebres, mas implantadas em pontos estratégicos da paisagem (isto é, próximas aos cursos d'água, com solos férteis e facilidades na circulação de pessoas e mercadorias), acabaram por virar pequenos povoados.

É possível afirmar que esta situação explica também os primórdios de Jundiaí. Situada no local onde se posiciona o vale do rio Jundiaí, encaixado no contato de duas importantes formações geomorfológicas do Planalto Atlântico Paulista, é uma região onde o relevo irregular e montanhoso torna-se mais plano e suave e a cobertura vegetal de Mata Atlântica, mais aberta, dando espaço aos campos e cerrados que, aliado às áreas de mata, caracterizam as terras para o interior da província (AB'SABER, 1956). Esta mudança brusca de ambientes, aliada à situação de estar a uma distância de um dia de marcha entre São Paulo e Campinas e no entroncamento daqueles que rumam para os lados do rio Tietê ou para a vila de Atibaia, fizeram de Jundiaí um ponto de parada natural, um "porto seco"<sup>5</sup>. Spix e Martius (1981: 155), viajantes de origem germânica que por aqui passaram em 1818, registraram:

*" A Vila de Jundiaí, pequeno povoado em uma colina baixa, é só importante por sua situação favorável para o comércio do sertão. Todas as tropas que partem da Capitania de São Paulo para Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Cuiabá, são aqui organizadas. Os habitantes possuem grandes manadas de mulas, que fazem essas viagens algumas vezes por ano. O fabrico de cangalhas, selas, ferraduras e tudo que é necessário para equipamento das tropas, assim como o incessante vaivém das caravanas, dão ao lugar feição de atividade e riqueza, e com razão, dá-lhe o título de porto seco. Daqui partem as estradas trilhadas para as províncias acima citadas."*

Entretanto, quase dois séculos antes do relato de Spix e Martius, a região de Jundiaí já era citada na documentação de época como uma importante área de circulação de bandeiras. Para Mário Neme (1969) haveria um

---

<sup>5</sup>.O caminho aqui descrito é mais conhecido como caminho de Mairiporã que saía pelos lados de Nossa Senhora do Ó e das minas do Jaraguá.

"caminho geral" utilizado pelos Kaiapó antes de 1500 e que continuou sendo usado pelos portugueses durante o período colonial<sup>6</sup>.

Todos esses caminhos e trilhas permitiam a circulação de pessoas e o transporte de mercadorias entre os povoados, vilas e cidades. O mapa da página seguinte permite perceber claramente como era a "malha viária" ao longo do século XVII. Nele estão delineados não somente os caminhos rurais, mas também muitos dos rios que tiveram importante função nos percursos de menor distância. Alguns desses trajetos, inclusive, combinavam a necessidade de transporte terrestre e fluvial (MONTEIRO, 1994: 122). Os trajetos fluviais eram realizados principalmente nas vilas que se encontravam ao longo do rio Tietê.

Do litoral partiam dois caminhos rurais que se iniciavam no porto de Cubatão. Um deles tomava a direção de Mogi das Cruzes, Jacareí e São José. O outro subia a escarpa da Serra do Mar, rumo às áreas onde a cidade de São Paulo foi instalada. A partir daí, os caminhos tomavam rotas diversas em direção ao interior paulista. Um seguia para Atibaia; outro, margeando o rio Tietê, chegava em Santana do Parnaíba. O último deles passava pela vila de Jundiá.

Representação da capitania de São Paulo e seu "sertão" delineado por Francisco Tosi Columbina. Os trechos pontilhados em vermelho mostram os caminhos utilizados no transporte por muare no século XVIII. Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Memórias do Transporte Rodoviário*. São Paulo: CPA, s/d., p.18.

<sup>6</sup> Grupo indígena de família lingüística Jê que ocupava extensa faixa territorial a noroeste da vila de São Paulo. Não foram feitos cativos logo de início, pois que sua captura era muito difícil. Eram considerados guerreiros temíveis, conhecidos por sua eficácia em matar os inimigos com golpes certos na cabeça (MONTEIRO, 1994: 63-64).

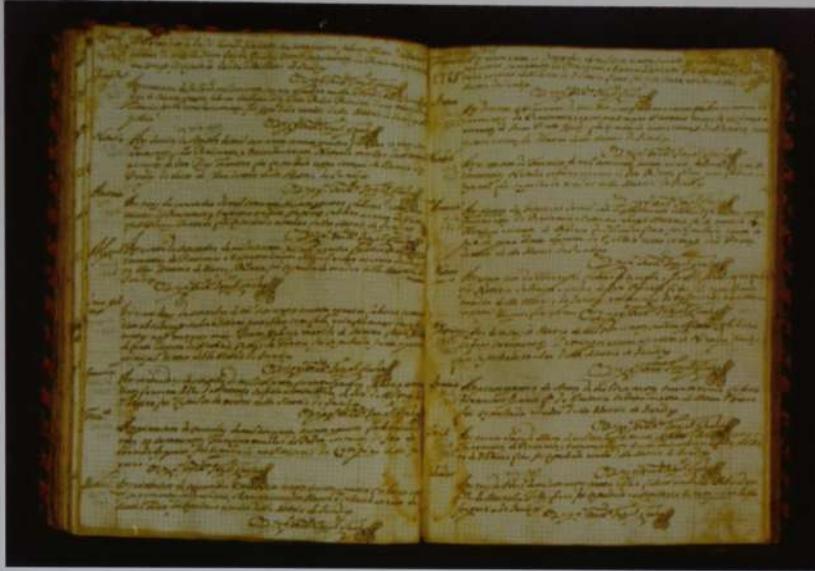




*"(...) faleceo da vida presente a innocente Silvana, filha de Joam Dias e de sua mulher Escolastica Paz, libertos indios da aldeya de baruery; de idade de hum anno esta sepultada dentro desta igreja Matriz de Jundiahy..."*

(Citação retirada do Livro de óbitos de escravos de Jundiaí, verso da p. 83, na data de 02-02-1775.)

## **5. Os índios e a sociedade colonial de Jundiaí**



Página do Livro de Óbitos que registra o falecimento de índios e negros ocorridos entre 1744 e 1787. Acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiáí.



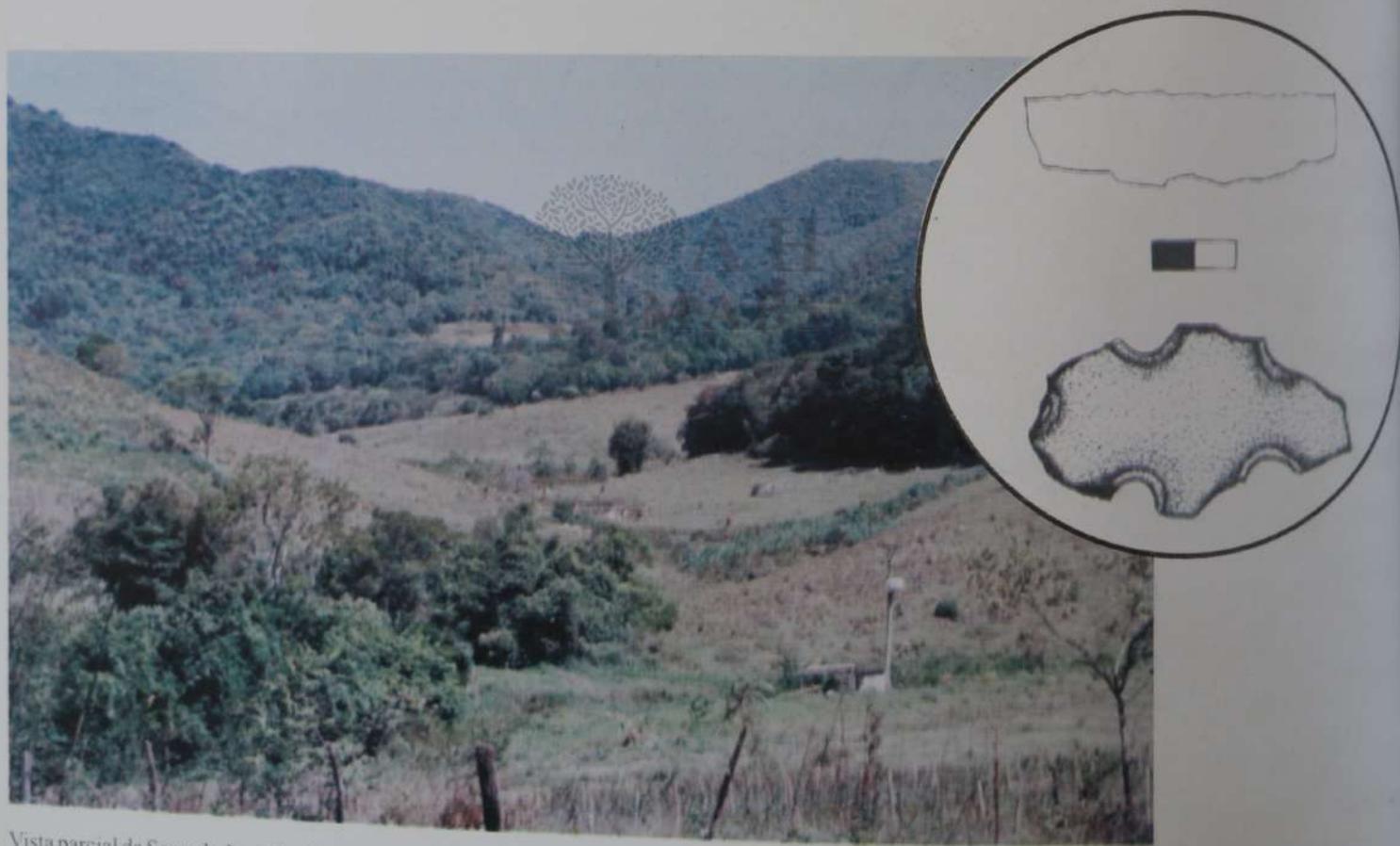
Até o final do século XVIII, muitos índios viveram em Jundiáí na condição de escravos. Embora esta forma de escravidão já tenha sido reconhecida, o cativo indígena na região durou muito mais tempo, envolveu um contingente maior de pessoas e influenciou mais a formação da sociedade colonial do que até então se pensava.

Para resgatar esta influência, foram pesquisados documentos manuscritos do século XVIII até então inéditos, tais como aqueles que serviam para o registro dos casamentos - Livro de Casamentos - e mortes - Livros de Óbitos - de índios e negros<sup>7</sup>. É preciso considerar que, ao longo de todo o período colonial e mesmo durante o Império, os estudos de natureza demográfica são feitos, majoritariamente, a partir de documentos de origem religiosa uma vez que as certidões de batismo correspondiam ao que hoje conhecemos como certidão de nascimento; do mesmo modo, os óbitos e casamentos eram registrados pela Igreja. Assim, utilizamos aqui a documentação originária da Matriz da "Villa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy".

<sup>7</sup>. O "Livro de Casamentos" pertence ao Arquivo da Cúria de Jundiáí; o "Livro de Óbitos", ao acervo do Museu Histórico e Cultural de Jundiáí.

Os registros contidos nesses livros são diferentes, porém, complementares, pois cada um deles, a sua maneira, auxilia a entender aspectos da composição social, étnica e cultural da região de Jundiá. A transcrição desses documentos possibilitou o acesso a um volume considerável de informações sobre esse período histórico bem como a análise das mesmas.

Outras informações foram obtidas através do registro arqueológico, composto principalmente pelos fragmentos de utensílios de cerâmica encontrados em diversos sítios arqueológicos localizados em fundos de vale e pequenos platôs ao redor da Serra do Japi e no bairro de Jundiá Mirim, regiões que, no século XVIII, foram ocupadas por várias fazendas e roças.



Vista parcial da Serra do Japi, Jundiá, SP, 2000. Nestas áreas foi encontrada parte significativa dos vestígios arqueológicos analisados neste trabalho. No detalhe, cuscuzeiro encontrado em sítio arqueológico localizado na Serra do Japi. Ele compunha um fundo de vasilha com diversos orifícios e sua finalidade era a de escorrer o excesso de água existente junto ao alimento colocado sobre ele.

O trabalho de prospecção arqueológica - uma das etapas da pesquisa de campo - para localizar esses sítios baseou-se em documentos e cartografia histórica, bem como no próprio Livro de Óbitos e no recenseamento da vila de Jundiáí realizado em 1767. Os documentos estão na coleção "Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo", no "Repertório das Sesmarias Concedidas pelos Capitães da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821" e na série "Inventários e Testamentos". Somada a estas publicações, foi realizada uma busca da cartografia histórica referente à Jundiáí, sob a guarda do Museu Histórico e Cultural da cidade, a fim de obter informações sobre os nomes dos locais, caminhos e acidentes geográficos que, embora hoje alterados, são amplamente empregados nos documentos coloniais<sup>8</sup>.

O levantamento destes documentos ofereceu referências sobre os locais das diversas sesmarias doadas na região e dos antigos bairros rurais. A partir dessas informações, esboçou-se um mapa com a localização aproximada desses sítios durante o período colonial que serviu como definidor das áreas onde se realizariam os primeiros trabalhos de campo - as prospecções. Identificados os sítios, na maioria deles foi possível encontrar e coletar material cerâmico, um dos objetos de análise deste trabalho.

A cerâmica encontrada e coletada nestes sítios arqueológicos tinha características técnicas de confecção e de decoração parecidas com aquelas que foram encontradas nos grupos portadores de cerâmica da "Tradição Tupiguarani" que aqui estavam antes da chegada dos portugueses. Contudo, nos fragmentos pesquisados encontram-se também, agregados aos elementos identificados como sendo da "Tradição Tupiguarani", outras características de origem européia e africana tais como pegadores, alças e gargalos. Esta sobreposição de estilos indica a permanência, nas fazendas, de pessoas que faziam vasilhas cerâmicas conforme padrões indígenas e que, somados aos novos elementos das culturas africana e européia, originaram uma cerâmica cabocla, genericamente denominada como "tradição neobrasileira" (CHYMZ, 1976).

Resultado de um somatório de elementos provenientes do contato de três segmentos distintos da sociedade - indígena, africano e europeu - o material cerâmico analisado aponta para a interação cultural que a situação de

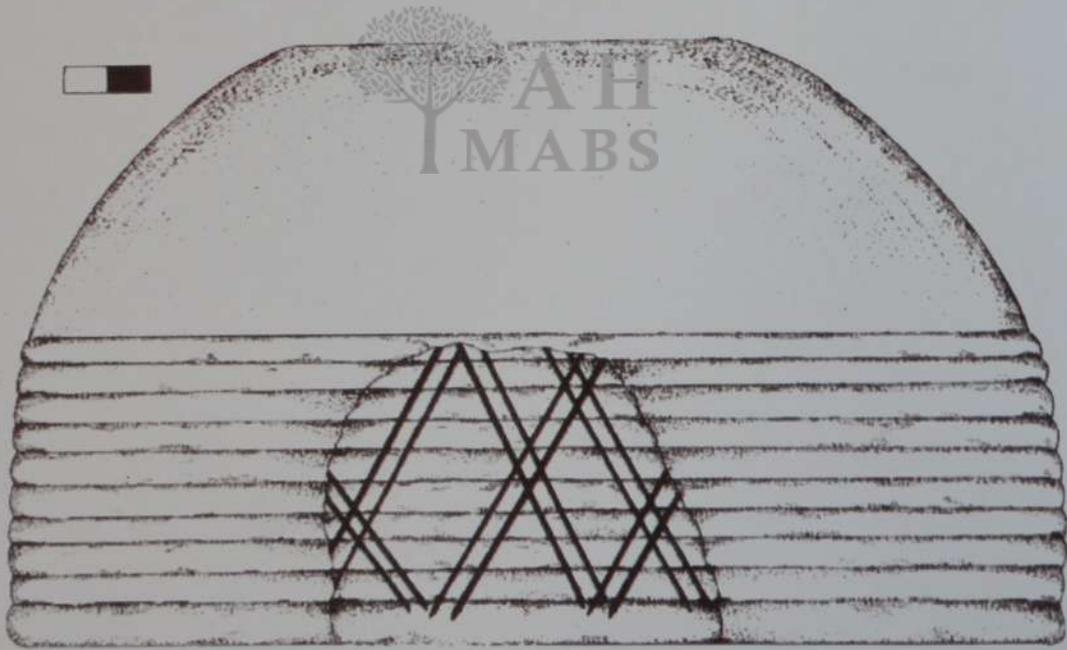
<sup>8</sup>. Os mapas são: "Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiáhy" (Norte nº 46 A-1 e A-2), de 1932; "Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, folha Jundiáhy", de 1925; Planta de parte da linha divisória dos municípios de Jundiáí e Itatiba, em 1924 e, finalmente, "Planta do Encanamento Geral - Estudo para o abastecimento de água de Jundiáhy", de 1893.

cativeiro, imposta pelos europeus às populações indígenas e africanas, acabou por produzir.

As alterações sofridas pela cerâmica ao longo daquele período e as informações presentes no conjunto de dados históricos indicam que, a partir de meados do século XVIII, os índios começaram a ser substituídos em sua condição de cativos pelos africanos, o que ampliou para os primeiros as possibilidades de socialização e miscigenação com outras populações livres, provavelmente por meio de casamentos e uniões informais. Os trabalhos forçados passaram a ser cada vez mais atribuídos aos indivíduos de origem e ascendência africana; os indígenas e seus descendentes passaram a ocupar os estratos mais baixos, porém livres, da sociedade paulista colonial (MORALES, 2000).



Reconstituição de panelas de barro feitas pelos cativos durante o final do século XVII e início do XVIII.





*"De fato, para os portugueses, uma vez obtida a sujeição do índio, não fazia a menor diferença o seu estatuto legal. Para efeitos práticos, o índio livre ou escravo continuava índio e, como tal, sujeito ao trabalho compulsório."*

(KOSHIBA, Luiz. *O índio e a conquista portuguesa*. São Paulo: Atual, 1994, p. 73.)

## **6. De índio a escravo**

Com a chegada dos colonizadores nas terras paulistas, tanto a estrutura econômica como a forma de ocupação territorial sofreram profundas modificações. Com uma configuração costeira estreita e arenosa, margeada ao leste pelo Oceano Atlântico e a oeste pelas íngremes escarpas da Serra do Mar, a então denominada Capitania de São Vicente oferecia oportunidades mais restritas do que aquelas encontradas no nordeste brasileiro<sup>9</sup>. A solução para superar essas limitações geográficas foi transpor os contrafortes da Serra do Mar e avançar rumo ao interior da província, no planalto paulista, em busca de áreas que justificassem uma exploração comercial em larga escala (HOLANDA, 1990).

As terras continentais existentes acima da escarpa do mar, conhecidas por "Campos do Piratininga", atual região da cidade de São Paulo, ofereceram condições suficientes para viabilizar o desenvolvimento econômico e dar um sentido à colonização, condições que faltavam às áreas do litoral paulista. Fertilidade, bom clima, rios navegáveis para a penetração rumo ao interior e, o mais importante, disponibilidade de mão-de-obra indígena. A partir da vila de São Paulo, as terras paulistas foram sendo ocupadas por pequenos e esparsos povoados voltados para a agricultura.

Com o início e ampliação das atividades agrícolas, tornou-se necessária uma quantidade cada vez maior de mão-de-obra para dar conta dos trabalhos na lavoura e do transporte de mercadorias. Como a importação de africanos estava além das condições econômicas da maioria dos proprietários paulistas, a solução imediata foi empregar, como então se dizia, o "negro da terra", isto é, os indígenas que, além de mais baratos, existiam em grande número. Isso fez com que o relacionamento com as populações nativas sofresse grandes alterações do século XVI para o XVII: os índios passaram de aliados dos colonos portugueses à condição de escravos.

A escravização dos indígenas, intimamente ligada à necessidade de desenvolver uma agricultura comercial que propiciasse à província paulista inserir-se dentro do sistema econômico colonial, acabou por gerar uma nova atividade para a província, o bandeirismo, expresso nas entradas e bandeiras. Os componentes dessas expedições, conhecidos genericamente como bandeirantes, tinham como objetivo básico a busca, captura e transporte dos indígenas para as vilas e povoados a fim de serem vendidos e/ou enviados diretamente para trabalhar nas fazendas

<sup>9</sup> Com áreas litorâneas férteis e planas, a região nordeste brasileira possibilitou a implantação da monocultura da cana-de-açúcar direcionada ao consumo do mercado europeu.

(HOLANDA, 1994).

O cultivo do trigo, que correspondeu à principal atividade produtiva das terras paulistas durante boa parte do século XVII (MONTEIRO, 1994), exigia numerosos contingentes de escravos. Além disso, a demanda era constante também em função da alta taxa de mortalidade a que os indígenas eram submetidos pelo contato com a sociedade colonial. O rigor dos trabalhos forçados, as epidemias e a má alimentação dizimavam rapidamente os nativos trazidos dos sertões para os "Campos de Piratininga" .

A necessidade de manter o fluxo constante, impedindo a diminuição numérica dos indígenas e, por conseqüência, da produtividade, fez com que áreas cada vez mais distantes da vila de São Paulo fossem percorridas pelas entradas e bandeiras em busca dos índios. O contínuo distanciamento acabou por encarecer muito o custo da compra de cativos indígenas, inviabilizando a existência de lavouras comerciais que exigissem grande número de braços, como a do trigo (MONTEIRO, 1994).

O final do plantio do trigo, somado à descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais na mesma época, acabaram por levar à estagnação econômica paulista e à redução de sua população durante boa parte do século XVIII. A decadência nas atividades produtivas fez com que fossem mantidos apenas os empreendimentos de baixo custo e que não necessitassem de grande número de trabalhadores, como a pecuária e alguns canaviais, levando a maior parte da população a viver da agricultura de subsistência. Um novo surto econômico só viria ocorrer no início do século XIX com a cana-de-açúcar e, logo em seguida, com o café.

Detalhe de página do Livro de Óbitos que registrou, em 24.06.1746, a morte de um "administrado" (sublinhado), expressão geralmente usada para designar índios cativos. A datação que se vê acima de cada registro representa, infelizmente, uma equivocada alteração do documento.

de quibus unum est no que a signis

Signo M. de Castro Aguiar

24-6-1746

Carta

Por tanto de lo que se dio a conocer de parte de mi parte  
con el quarenta e syete años fallecidos de la villa  
con el consentimiento de su señoría el Sr. D. Antonio  
Administrador del Real de Navarra y de la Real  
de Navarra y de la Real de Navarra y de la Real de Navarra

MAB  
MABS

a signis Signo M. de Castro Aguiar

5-7-1746

Carta

Por tanto de lo que se dio a conocer de parte de mi parte  
con el quarenta e syete años fallecidos de la villa  
con el consentimiento de su señoría el Sr. D. Antonio  
Administrador del Real de Navarra y de la Real  
de Navarra y de la Real de Navarra y de la Real de Navarra



*"Eu El Rei, sou servido declarar que os meus vassallos deste reino e da América que casarem com as índias dela não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de real atenção. Outrossim proibo que os ditos vassallos casados com índias ou seus descendentes, sejam tratados com o nome de caboclos ou outro semelhante que possa ser injurioso. O mesmo se praticará com portuguesas que se casarem com índios."*

(Alvará do rei de Portugal, José I, em 4 de abril de 1775. Citado por Souza Filho, C.F.M. O direito envergonhado! O direito e os índios no Brasil. In. GRUPIONI, B.L. (Org). *Índios do Brasil*. Brasília, MEC, 1994, p. 158.)

## **7. Índios, africanos e brancos**

As características econômicas e de ocupação de Jundiaí, ao longo do período colonial, foram bastante semelhantes àquelas encontradas em todo o restante das terras paulistas. Jundiaí, como boa parte das demais, era uma vila pobre cuja elite não possuía recursos suficientes para comprar escravos africanos em larga escala, subjugando então a população nativa de origem indígena.

Embora proibida pela Igreja e pela Coroa portuguesa, a escravização dos indígenas era bastante comum e praticamente impossível de ser controlada na prática. O comércio de nativos foi, até o final do século XVII, a principal atividade dos paulistas que, mobilizando grandes expedições chamadas "bandeiras", atacavam as numerosas aldeias espalhadas pelos mais distantes pontos da colônia. Contudo, ainda pouco se sabe sobre o cativo indígena. As publicações, em geral, priorizam o papel e a presença do africano e seus descendentes como mão-de-obra, restringindo a presença indígena às etapas iniciais da colonização.

A análise de documentos históricos e arqueológicos, porém, demonstra a utilização de escravos índios na Jundiaí colonial até, pelo menos, as últimas décadas do XVIII, quando se inicia a importação de africanos em larga escala para a região

## O CATIVEIRO INDÍGENA

Perante as leis da Coroa Portuguesa, os índios eram considerados livres, desde que amigos ou aldeados, pois deles partiria a ajuda contra os inimigos e a força para os trabalhos na lavoura e no transporte de mercadorias. Em contrapartida, deveriam ser pagos, bem tratados, suas aldeias respeitadas e direcionadas para o cristianismo. A escravização seria permitida legalmente em caso de "guerra justa" ou de resgate, quando índios eram salvos por colonos da morte ou do cativo em mãos inimigas (PETRONE, 1995).

Uma das formas então encontradas para arregimentar a população indígena eram os "descimentos" que correspondiam à transferência voluntária de tribos inteiras e seu assentamento para as proximidades de povoados portugueses chamados aldeamentos. Uma vez instalados nos aldeamentos, recebiam proteção dos padres, fé cristã e, principalmente, trabalho, já que a mão-de-obra indígena era o motor da economia paulista. E era exatamente neste ponto que começavam os problemas. Os colonos também necessitavam de índios para as suas lavouras e não concordavam em

mantê-los aldeados. Para suprir suas necessidades de mão-de-obra, tinham que fazer suas próprias expedições de aprisionamento. Desse conflito, surgiu um longo debate jurídico e moral que ocasionou constantes mudanças da legislação, seu descompasso com a realidade e, não raro, conflitos armados. O ataque às missões jesuíticas em busca de índios que pudessem ser escravizados, por exemplo, teve como resultado final a vitória dos colonos e a expulsão dos jesuítas. Mas, apesar desta vitória, continuavam a existir leis que impediam a escravização dos índios. Uma das "soluções" encontradas foi, então, a de se evitar a utilização da palavra "escravo" e empregar, no que se refere ao trabalho compulsório dos índios, o termo "administrado", forma hipócrita encontrada para satisfazer os moradores e aparentar liberdade aos indígenas. Em 09 de julho de 1771, nas anotações do vigário de Jundiá, Ignácio Paes de Oliveira, podemos identificar essa estratégia. Num lapso, ele anota no Livro de Óbitos: "*(...) faleceu da vida presente Teresa Cayapó, solteira, escrava, digo administrada, de Francisco Moyses e moradora no Japy (...)*" (grifos do autor).

sudeste. O tráfico de escravos indígenas e a presença deles na Jundiá dos séculos XVII e XVIII estão documentados em registros de batismo, casamentos e mortes de todos os escravos da região, encontram-se citados de formas diversas: "administrados", "negros da terra", "gentio de cabelo liso", "pardos" ou, simplesmente, por meio de um sobrenome associado a sua origem tribal, na maior parte das vezes Tupi. Por exemplo: Antônio Tapuia ou Vicente Carijó. Nos registros, foi possível constatar pelo menos quatro origens diferentes para indígenas - Carijó, Kayapó, Pareci e Bororo - e três para os africanos - os da Guiné, Congo e Benguela. Foi possível também confirmar que, até 1770, havia numerosos grupos de indígenas trabalhando nas fazendas ao lado dos escravos africanos.

Os chamados "Carijó" eram os cativos preferenciais dos colonos paulistas desde os primeiros tempos do século XVII<sup>10</sup>. Essa preferência se dava porque os Carijó moravam em aldeias numerosas, falavam a mesma língua entre si, estavam acostumados aos trabalhos agrícolas e ocupavam territórios relativamente próximos e de fácil acesso a incursões de aprisionamento, o interior paulista e as porções mais ao sul da província de São Paulo que

<sup>10</sup> "Carijó": termo genérico que englobava uma série de grupos falantes de língua Tupi-guarani.

ficaram conhecidas como "sertão dos carijós" e "sertão dos patos" (MONTEIRO, 1994).

Da mesma forma que os Carijó, os Kayapó trazidos para a vila de Jundiá não representavam um grupo específico e sim um termo genérico para os falantes da família lingüística Jê. Esses grupos ocupavam uma vasta região - desde o noroeste da província de São Paulo até o norte de Goiás - e não eram vistos pelos "brancos" como bons trabalhadores devido a sua resistência obstinada e a conseqüente dificuldade em submetê-los ao trabalho agrícola. Eram considerados um obstáculo e acabaram sendo envolvidos nas chamadas "guerras justas", combatidos impiedosamente (ATAÍDES, 1998). As duas únicas referências isoladas ao aprisionamento dos Parecí e Bororo em áreas dos chapadões de Mato Grosso, no planalto central, são indicativas das grandes distâncias que as incursões percorriam em busca de um fluxo contínuo de escravos indígenas para mover a economia paulista.

A utilização dos termos "nego" ou "escravo" era comum para denominar os índios em épocas nas quais a presença dos africanos era pouco intensa na região. Somente com o aumento do tráfico negreiro, no final do século XVII, e com os problemas referentes à legislação (que proibia a escravização dos índios), os

## AS GUERRAS JUSTAS

A chamada "guerra justa" é um conceito antigo, bastante discutível. Trata-se da guerra contra povos que, como não conheciam a fé cristã, não poderiam ser tratados como infiéis. Causas legítimas da "guerra justa" seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses e a quebra de pactos celebrados. Dois outros motivos aparecem nas discussões sobre a "guerra justa": a salvação das almas e o combate à antropofagia. Trata-se, em realidade, do principal caso reconhecido de escravização fundamentado por regras de direito corrente. Para justificar essa guerra, os colonizadores tinham que provar a inimizade dos povos contra quem pretendiam movê-la. Para tanto, descreviam longamente a "fereza", "crueldade" e "barbaridade" dos indígenas e a impossibilidade de "trazê-los à razão e à civilização". O mais provável, porém, é que muitos desses inimigos tenham sido inventados pelos colonizadores que procuravam obter braços escravos para suas fazendas (PERRONE-MOISÉS, 1992: 123-125).

termos para diferenciar os dois grupos começam a ser mais claros e definidores da sua procedência. Os registros de Jundiá, bem como de toda a capitania de São Vicente, passaram então a designar índios e índias escravizados como "administrados", "escravos da terra" ou, mais comumente, por meio de uma origem étnica genérica como, por exemplo, Carijó e Kayapó, entre outros.



Esta representação do Golfo da Guiné, na Costa Ocidental da África, mostra os locais de onde saíram parte dos africanos submetidos à escravidão no Brasil. Fonte: *Atlas ilustrado del mundo. Siglo diecinueve*. Madri: Editorial Libsa, 1990, p. 138.



Nesta representação do século XVII, observamos os reinos de Angola e Congo, região de onde as fontes manuscritas indicam terem vindo escravos para a região de Jundiá. Fonte: GOSS, John (Org.). *Gran Atlas de Johannes Blaeu; el mundo del siglo diecisiete*. Madri: Editorial Libsa, 1991, pp. 150-151.



O desenhista Rugendas esteve no Brasil entre 1821 e 1825. Dentre suas pranchas, encontram-se algumas com a identificação de diferentes etnias africanas que vieram para o Brasil. Os sinais marcados no corpo identificavam seu grupo étnico, mas também costumavam ser usados pelos senhores para identificar



os escravos foragidos. Fonte: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, KOSSOY, Boris. *O olhar europeu: o negro da iconografia brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1994, pranchas 1 e 2.

A inserção de africanos na sociedade paulista colonial se deu um pouco mais tarde do que em outras regiões do Brasil, mas influenciou decisivamente o destino dos cativos indígenas nestas terras. Os africanos foram trazidos para a região de São Paulo entre o final do século XVII e o início do século XIX e eram, em sua maioria, Banto de "Angola" saídos dos portos de Luanda e Benguela (SLENES, 1992). Os Banto, ou Bantu, correspondem às populações que ocupam a parte meridional da África, possuindo uma origem lingüística comum, mas uma grande diversidade de valores e costumes.

A situação de contato imposta a esses povos indígenas e africanos causou um profundo impacto não só na sociedade colonial que os absorveu, mas também nos próprios padrões culturais das sociedades indígenas e africanas. As etnias africanas foram submetidas à escravidão, com condição jurídica e social bem definidas dentro da colônia. Essa submissão também foi imposta às etnias indígenas, mas sua condição jurídica não era tão clara; primeiro, devido às flutuações da legislação indigenista e, segundo, socialmente, devido à dificuldade de se reconhecer quem era ou não branco, já que as características físicas indígenas estavam bastante misturadas às dos brancos. Essa situação correspondia a um interesse da coroa em integrar esses segmentos à sociedade, como se pode perceber pelo teor do alvará real citado no início deste capítulo.

Esse quadro propiciava aos indígenas uma maior mobilidade social que aos africanos, embora fosse possível a ambos os grupos, pelo menos teoricamente, ascender social e juridicamente dentro da colônia. Escravos (africanos), administrados (indígenas) ou seus descendentes poderiam ascender a uma melhor condição jurídica como alforriados. Sua ascensão social era, no entanto, ainda mais difícil que a jurídica (MATTOS, 1998). Dentro da escravaria conviviam, por exemplo, os "crioulos" (filhos de africanos nascidos no Brasil), "mulatos" (filhos de branco e negro), africanos recém-chegados e que ainda falavam apenas sua língua nativa ("boçais"), "ladinos" (que eram os escravos trazidos há mais tempo), os "cayapó vindo do sertão" e índios aldeados<sup>11</sup>. Todas essas classificações são externas, ou seja, não eram essas populações que se denominavam "crioulos" ou "índios aldeados". Eram os europeus que assim classificavam a sociedade para melhor identificar as situações com as quais conviviam e para melhor controlá-las. Nesta classificação, evidenciam-se os seus preconceitos.

<sup>11</sup>.A presença de "cayapó vindo de sertão" está registrada no Livro de Óbitos, em 28 de abril de 1767; quanto aos aldeados, o mesmo livro revela o falecimento, em Jundiá, de índios aldeados de Barueri e São Miguel.

Os componentes dessas categorias, contudo, identificavam o lugar a eles designados pelos "brancos" e o motivo pelo qual faziam parte dela. Um africano ou indígena, por força da dominação, sabia a que grupo social pertencia, mesmo que a sua revelia, porque estava compulsoriamente inserido nele. Mas também se reconheciam enquanto grupo étnico e assumiam suas próprias diferenças internas. Um negro da nação "Benguela" sabia das suas diferenças culturais e lingüísticas com os negros da Guiné, tanto quanto um índio Bororo em relação ao Pareci.

Esse contato entre povos que tinham padrões culturais, étnicos e condições sociais e/ou jurídicas diversas, gerou ações de dominação, resistência e assimilação também diferenciadas (SLENES, 1992), uma vez que as pessoas, individualmente ou em grupo, são sujeitos ativos na constituição da ordem social e não apenas reprodutores ou reflexos dessa situação.

A estratégia dos segmentos indígenas incorporados à sociedade colonial para buscar melhores condições jurídicas e/ou sociais de vida, variava entre a afirmação de sua origem étnica e sua negação, de acordo com a necessidade e conveniência do momento. Em alguns, era oportuno reivindicar uma origem indígena para garantir sua liberdade, uma vez que a legislação proibia a escravidão de nativos. Empregavam então a justiça para garantir esse direito, como demonstra John Monteiro (1994: 214). Há um exemplo documentado disso na própria vila de Jundiá, em que Rosa Dias Moreira vai contra seu proprietário, Francisco Xavier de Almeida, declarando que seu cativo não poderia ocorrer em função dela ser "descendente de carijós".

Por outro lado, alguns descendentes de grupos indígenas procuravam desvincular-se de sua origem, aproveitando-se da dificuldade em se distinguir, pelas características físicas, quem era ou não índio. Essa possibilidade acontecia porque existiam pessoas encarregadas de decidir quem poderia ou não ser considerado "administrado" diante de instituições como a Igreja ou o Estado e que realizavam avaliação ancorada em critérios, na maior parte das vezes, subjetivos, tais como características físicas e culturais. As características físicas que influenciavam este julgamento não podiam ser determinantes já que, até o início do século XIX, boa parte dos paulistas possuía fortes traços indígenas, resultado de mais de 200 anos de contato. A dificuldade na identificação racial dos habitantes de São Paulo pode ser sentida na anotação do vigário Joseph Rodrigues Bueno, em 24 de janeiro de 1768, dia em que:

*" (...) faleceo da vida presente Miguel q, não sey se bastardo, ou branco, e nem me souberam*

*informar os conductores filho de quem era; pessoa muito pobre, q por isso fiz pello amor de Deos, a que a mi me pertencia, fregues dessa freguesia e morador no citio do Sarg. Antonio de Moraes (...)*<sup>12</sup>.

Uma vez incorporadas aos estratos livres da sociedade colonial, mesmo que sua condição jurídica ainda as determinasse administradas, essas pessoas deixariam de ser vistas exclusivamente por suas características raciais (de nativos), embora ainda fossem classificadas por parâmetros socioeconômicos. Desta forma, se alguns dos filhos dos inúmeros Carijó trazidos do sertão, pardos ou bastardos, quisessem melhorar sua condição social, deveriam fazer o possível para negar, pelo menos em certos aspectos e diante de determinadas pessoas, traços que os relacionassem a sua ascendência indígena. A solução para isso ocorrer seria apropriar-se de sinais e elementos daqueles que eram considerados "brancos" pelos estratos dominantes.

As possibilidades de ascensão eram mais difíceis e limitadas para os negros africanos, em comparação aos indígenas. A situação de escravidão "legal" em que estavam inseridos era indiscutível e, por mais que quisessem ou de fato estivessem

## OS CASAMENTOS NA FAMÍLIA ESCRAVA

Pesquisas recentes, amparadas em dados da demografia histórica, têm buscado conhecer a organização familiar da população escrava e outros aspectos cotidianos e domésticos da vida familiar dos cativos. Seus resultados demonstram a possibilidade dos escravos formarem famílias extensas e nucleares ao longo de várias gerações. Neste contexto, a estrutura familiar escrava, cada vez mais, deixa de ser vista como passiva das vontades e desmandos dos seus senhores, com uma organização familiar ausente ou caótica, onde os relacionamentos sexuais seriam marcados pela promiscuidade, preconceito que permaneceu por muitos anos (FLORENTINO & GOÉS, 1997; SLENES, 1987).

Entretanto, é claro que os desejos pessoais na escolha do parceiro afetivo e a vontade de formar uma família, através do casamento ou da união informal, esbarravam em limitações de várias ordens. A principal delas era a situação de domínio institucionalizado em que estavam inseridos e cujo representante imediato era a figura do "senhor". O casamento entre os cativos era

<sup>12</sup>. Livro de Óbitos, p. 49 (verso). "Bastardo" e "pardo" eram outros termos utilizados para designar pessoas com ascendência indígena.

incorporados à sociedade colonial, seus traços físicos permitiam a identificação da sua origem de imediato e, conseqüentemente, de sua condição de escravo ou descendente deste. As estratégias de resistência vão além da submissão, fuga e revolta como, por exemplo, o relacionamento afetivo que havia entre as mulheres negras e seus senhores para que estas conseguissem a alforria para si e para os filhos mestiços que nascessem dessas uniões (PAIVA, 1995; MATTOS, 1998).

Entretanto, independente das necessidades, transformações e estratégias adotadas, uma série de hábitos, costumes e outros atributos culturais de origem indígena ou africana, de forma deliberada ou não, continuaram atrelados ao passado desses indivíduos. As diferentes tecnologias e estilos presentes na maneira de produzir os artefatos em cerâmica encontrados nesta região refletem esta situação. Da mesma forma que apresentam a manutenção de certas características originais (africanas, indígenas e européias), trazem grandes transformações, resultado do contato entre os vários grupos e/ou pessoas de diferentes origens étnicas na sociedade colonial do período.

Retrato de casal, sem identificação, datado de cerca de 1879. A foto original é de Militão Augusto de Azevedo. Fonte; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, KOSSOY, Boris. *O olhar europeu: o negro da iconografia brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1994, prancha 65.

visto pelos senhores como algo que poderia trazer uma série de problemas, pois os escravos eram, para eles, bens de consumo, e a formação de uma família acarretaria sérios conflitos e tensões se houvesse a necessidade de desmembramento em função de vendas ou partilhas. E, ainda, sempre havia o problema quanto ao local de residência do casal, caso os escravos fossem de donos distintos.



Exemplos de maior visibilidade são os nomes indígenas de rios, montanhas e cidades, como é o caso de Jundiaí que, na língua Tupi-guarani, significa o nome de uma espécie de bagre, peixe que vivia nas águas da região. É o caso também de alguns de seus bairros mais antigos, com nomes de origem Tupi: anhangabaú (que significa "água podre"), japi ("nascente" ou "cabeceira das águas"), pacaembu ("arroio de pacas"), tijuco-preto ("lama" ou "brejo"), caaguassú ("mato alto", "matão")

Testemunhos menos conhecidos desse intenso contato dizem respeito à implantação das propriedades rurais dos colonos portugueses. Nos dois primeiros séculos da colonização, as fazendas e sítios foram instalados em locais com as mesmas características ambientais e de relevo existentes nas aldeias da "Tradição Tupiguarani" dos tempos pré-coloniais. Esta semelhança não é mera coincidência. Ela reflete o conhecimento sobre o meio ambiente por esses numerosos grupos que, uma vez incorporados à sociedade colonial, indicavam os locais mais propícios à fixação de comunidades voltadas para o cultivo do solo, bem como a técnica para o seu preparo, no caso a coivara, empregada até os dias de hoje<sup>13</sup>.



---

<sup>13</sup>. Também conhecida como "roça de toco", consiste na técnica de plantio itinerante onde um trecho de mata é derrubado e depois queimado para o plantio de roças.

## A LÍNGUA GERAL: O *NHEENGATU*

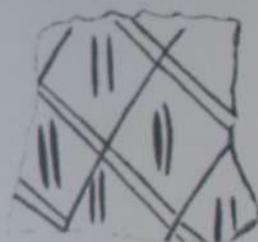
O processo de incorporação das etnias indígenas à sociedade colonial ocorre desde a chegada dos primeiros portugueses às terras brasileiras que, ao se relacionarem com as índias, tinham filhos com elas - os chamados "mamelucos paulistas" - cujos hábitos e características culturais eram marcadamente indígenas. A miscigenação entre o branco e o índio foi tão grande e os frutos dessa mistura de tal monta até meados do século XVIII, que vários autores afirmam existir a utilização corrente de uma "língua geral" nas áreas rurais da província de São Paulo: o *nheengatu* (HOLANDA, 1995). Essa língua correspondia a uma espécie de dialeto tupi que, misturado a elementos do português, servia como idioma base para o entendimento entre as diversas etnias indígenas e os luso-brasileiros. A progressiva diminuição na demografia indígena, pouco a pouco, fez recuar a influência da "língua geral", dando origem ao modo de falar caipira (PETRONE, 1995). Como testemunho latente desse passado, temos ainda os nomes de origem indígena em cidades, rios e acidentes geográficos espalhados por todo o Estado de São Paulo.



*"A arqueologia histórica, talvez por sua juventude, é um tipo instigante de arqueologia. Os sítios estudados, embora possam ser de data recente (às vezes com menos de um século), são realmente sítios habitados por nossos antepassados imediatos. Ainda que seja verdade que estes ancestrais possam ter guardado diários e registros, fotos e mapas de cidades, é igualmente verdade que não os conhecemos tanto quanto pensamos."*

(ORSER JR., Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, p. 128.)

## **8. As evidências arqueológicas**



Sítio "Russo", localizado no bairro do Medeiros, Jundiá, SP, 2000. Os desenhos laterais representam algumas das decorações aplicadas sobre as superfícies das cerâmicas encontradas no sítio arqueológico "Russo".

Pesquisas arqueológicas realizadas nos entornos da Serra do Japi, exatamente na região em que as fontes cartoriais manuscritas registram a doação de terras durante os séculos XVII e XVIII e onde era o caminho por onde passavam as tropas que iam e vinham para o rio Tietê e a vila de Itu, revelaram vários sítios arqueológicos que, igualmente, testemunham este mesmo intercâmbio cultural discutido anteriormente<sup>14</sup>. A escavação no sítio arqueológico Russo, situado no atual bairro do Medeiros, tornou possível a análise de louças vindas da Europa, utilizadas pelos proprietários das terras, e de centenas de fragmentos cerâmicos feitos pelos cativos que apresentaram, simultaneamente, características da cerâmica indígena, negra e européia<sup>15</sup>.

Nas formas, decoração e pintura dessas peças, foi possível encontrar uma série de características e elementos relacionados aos grupos de origem indígena genericamente registrada nos manuscritos como "carijó", termo que

<sup>14</sup> As prospeções aplicadas à Serra do Japi desenvolveram-se em dois eixos principais, ambos trilhas de grande circulação de pessoas e mercadorias no passado. O primeiro deles corresponde ao antigo caminho de ligação entre a vila de Jundiá e as barrancas do Tietê. O segundo eixo, hoje muito pouco utilizado, servia até décadas atrás como elo de ligação entre Jundiá, Santana do Parnaíba e São Paulo.

<sup>15</sup> Os sítios arqueológicos são locais onde existem evidências materiais que atestam a presença de uma ocupação humana em um dado momento. Em Jundiá, até agora, foram encontrados 10 sítios arqueológicos que correspondem a antigas fazendas do período colonial. Outros 12 sítios arqueológicos são pré-coloniais, isto é, anteriores ao ano de 1500.

costumava englobar uma série de grupos de origem Tupi-guarani do sul do Brasil. Além disso, também foram encontradas semelhanças com a cerâmica presente no continente africano<sup>16</sup>.

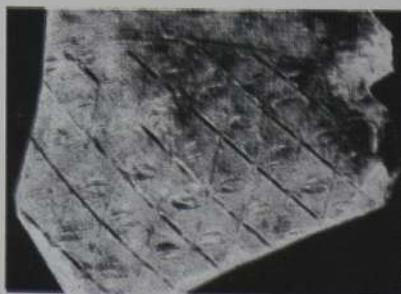
Apesar do caráter ainda exploratório, é possível constatar algumas semelhanças entre a cerâmica encontrada em Jundiá e aquela encontrada em Gana, no noroeste africano. A comparação entre o desenho estudado por Davies (1961:41) e o fragmento de asa encontrado no sítio arqueológico Russo revela a mesma aplicação de incisões cortando a asa da peça, como se pode observar nas figuras abaixo:



À esquerda, fragmento cerâmico encontrado em Gana, na África. Fonte: DAVIES, O. *Archaeology in Ghana*. London: University College of Ghana, 1961, p. 41; e à direita, fragmento encontrado no sítio "Russo" no qual se observam semelhanças em relação àquele encontrado em Gana.

A semelhança entre os materiais é ainda maior na peça que aparece a seguir. Ela apresenta um desenho geométrico em forma de losango com duas incisões em seu interior. Fragmento semelhante foi encontrado nas escavações da costa do atual Quênia.

À esquerda, fragmento com incisões encontrado por CHITTICK, no Quênia. Fonte: CHITTICK, N. *Manoa. Excavations at an Island Port on the Kenya Coast*. Nairobi: The British Institute in Eastern Africa, University Press, 1984, painel 41<sup>o</sup>; à direita, peça encontrada no sítio Russo, com o mesmo tipo de incisão.



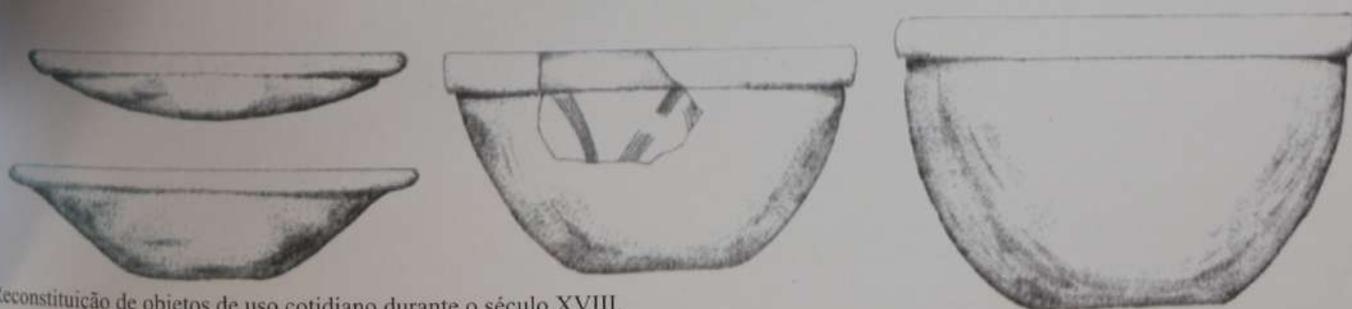
<sup>16</sup>. Durante os trabalhos de campo, foram coletadas duas amostras de cerâmica e sedimento para datação, ambas com o resultado final praticamente igual, respectivamente, 290 e 300 anos antes do presente. Essas duas datas confirmam que a ocupação do sítio Russo ocorreu entre o final do século XVII e o início do XVIII. Se estendermos a margem de erro das amostras ao máximo, ou seja, 20 anos a mais ou a menos, podemos perceber que a ocupação histórica se deu entre 1680 e 1730. Assim, os resultados obtidos através da datação cerâmica permitem correlacionar as evidências materiais e as informações provenientes das fontes documentais escritas.

Pesquisas feitas no Brasil também apontam uma série de semelhanças. André Jacobus (1996) analisa a cerâmica encontrada no Registro de Viamão, um posto de guarda do sul do Brasil, e mostra que a decoração das peças - ou de seus fragmentos - apresenta semelhanças significativas com peças decoradas coletadas no sítio Russo. Nelas podemos perceber que a aplicação de incisões sobre os roletes e marcas de espátulas são bem parecidos.

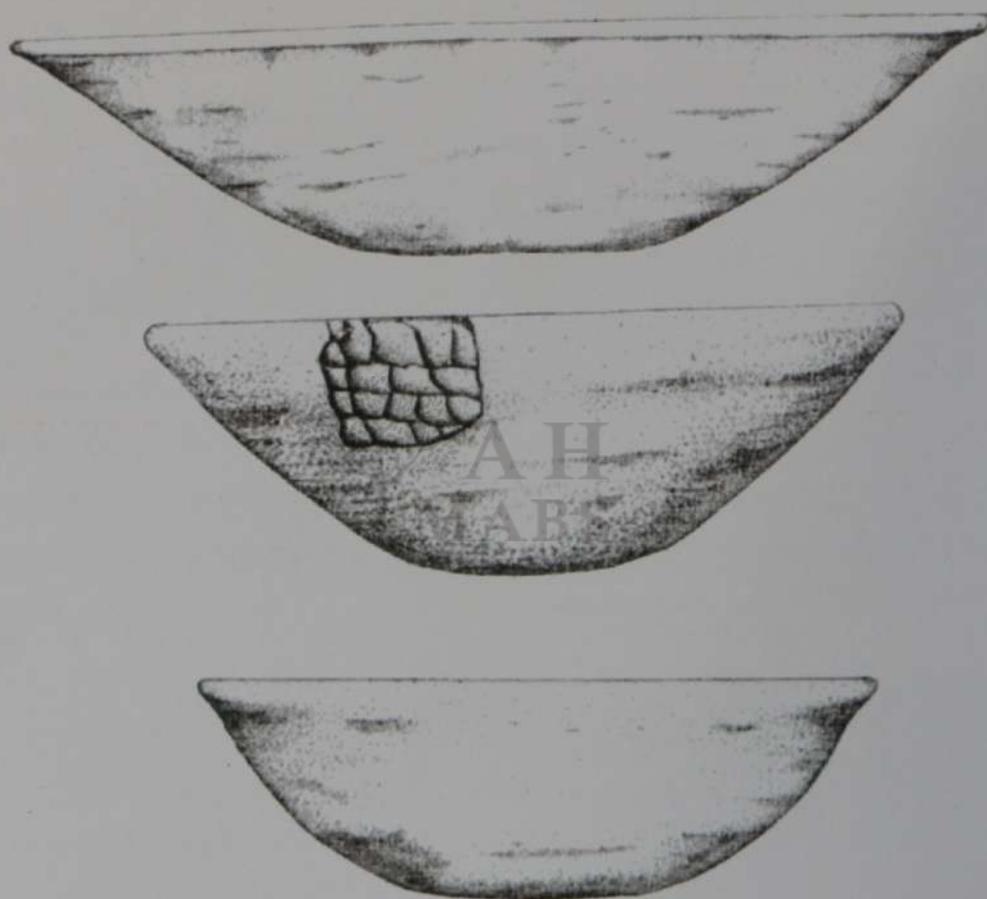
Uma semelhança tão grande entre esses fragmentos permite supor que seria difícil, e também uma grande coincidência, que um indivíduo viesse a elaborar uma vasilha com decoração nova, original, de estilo mais complexo, mas exatamente igual a uma produzida por outra pessoa a centenas de quilômetros dali. Como a distância entre essas regiões é considerável, é pouco provável que ocorresse o transporte de vasilhas rústicas de barro por comércio. Isso leva à conclusão de que os recipientes de cerâmica foram elaborados por artesãos distintos, sem interação com os artesãos de outras culturas que pudesse levar à criação de um estilo comum, expresso em uma cerâmica com elementos decorativos iguais.

Do mesmo modo, por ser difícil imaginar a criação de duas decorações novas idênticas, é possível supor que ambos os ceramistas tenham repetido padrões decorativos conhecidos e/ou já observados dentro de seu escopo cultural. Como estes padrões decorativos não têm correspondência, até o presente momento, com padrões decorativos comumente presentes entre os grupos indígenas que viviam aqui antes do século XVI, é possível imaginar que sua origem remeta a influências africanas.

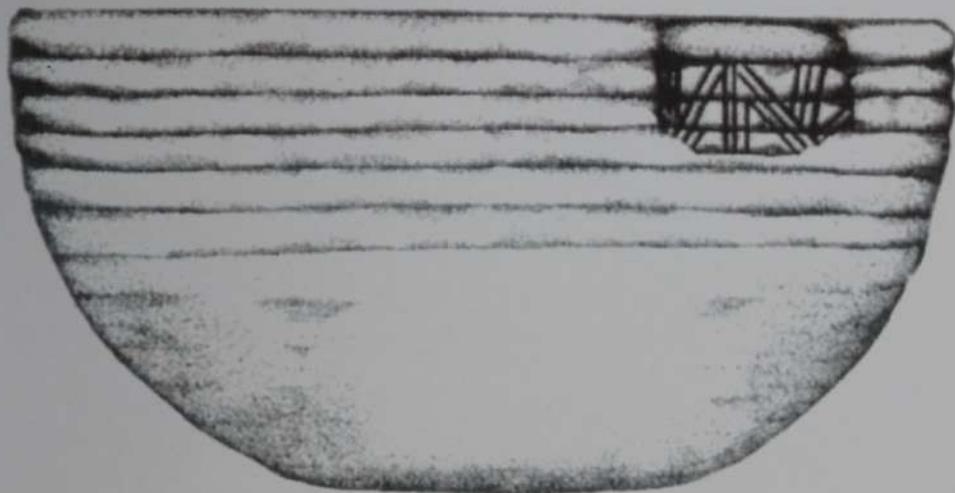
Pode-se, então, afirmar que o material cerâmico encontrado em Jundiá, correspondente aos fragmentos dos potes e pratos feitos e utilizados cotidianamente durante o século XVIII, é resultado de um somatório de elementos provenientes do contato de três segmentos sociais distintos - indígena, africano e europeu - e reflete a interação cultural que a situação de cativo, imposta pelos europeus aos indígenas e africanos, acabou por produzir.



Reconstituição de objetos de uso cotidiano durante o século XVIII.



Reconstituição de objetos de uso cotidiano durante o século XVIII.



Reconstituição de objetos de uso cotidiano durante o século XVIII.



*"O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira."*

(RIBEIRO, Darci. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 131.)

## **9. Considerações finais**

Mais do que a comprovação da existência de uma população indígena utilizada como mão-de-obra escrava na vila de Jundiá até meados do século XVIII, a articulação do conjunto de dados históricos e arqueológicos utilizados nesta pesquisa permitiu reunir elementos sobre aspectos relativos à inserção, transformação, influência e continuidades socioculturais indígena e africana.

A identificação das alterações sofridas pela cerâmica nos séculos XVII e XVIII, somadas às informações contidas no conjunto de documentos históricos, demonstram a existência de uma rede de sociabilidade e miscigenação que, a partir de meados do século XVIII, descaracteriza os segmentos indígenas como mão-de-obra escrava. Ao longo do tempo, tornou-se difícil e custoso capturá-los, já que suas aldeias, cujo número só fazia diminuir, ficavam em áreas cada vez mais distantes. A melhoria das condições econômicas da região, aliada a maior disponibilidade de africanos, fez com que os paulistas comprassem escravos africanos em maior quantidade, cada vez mais responsáveis pelos trabalhos forçados. Os indígenas e seus descendentes, fossem eles administrados, pardos ou bastardos, passam para a condição de homens livres e alforriados, mesmo que pertencentes aos estratos sociais mais pobres.

Porém, o mais importante parece ser salientar o fato de que, apesar do domínio ao qual foram submetidas, tanto as etnias indígenas capturadas nos "sertões" quanto aquelas trazidas do continente africano, foram sujeitos ativos na construção de sua própria história. Ao longo do tempo, e junto com os europeus, acabaram produzindo uma diversidade cultural e genética que tem o povo brasileiro como testemunho.

O resgate desse testemunho representa um esforço pela recuperação de uma memória que, na história mais tradicional, ora foi manipulada, ora destruída. Nas palavras da professora Manuela Carneiro da Cunha (1992: 20):

*"(...) ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades."*

Neste sentido, os fragmentos cerâmicos analisados, com seus diferentes motivos decorativos, representam para nós, concretamente, o modo como esta identidade foi sendo construída.



**10. Para saber mais**

### Fontes primárias utilizadas nesta obra:

- "Livro de Óbitos de escravos de Jundiahy" (documento manuscrito);
- "Livro de Casamentos de Escravos" (documento manuscrito);
- Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo;
- Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo);
- Repertório das sesmarias concedidas pelos capitães gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 1944.

### Mapas, cartas e plantas sobre Jundiaí utilizados nesta obra:

- Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, folha Jundiahy, escala 1: 100.000, Edição preliminar, 1925;
- Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiahy (Norte n.º 46 A-1), escala 1:50.000, Serviço de Engenharia, Secção Cartográfica, 25-09-1932;
- Força Pública do Estado de São Paulo, folha de Jundiahy (Norte n.º 46 A-2), escala 1:50.000, Serviço de Engenharia, Secção Cartográfica, 20-09-1932;
- Planta de parte da linha divisória dos municípios de Jundiahy e Itatiba, escala 1: 10.000, Nivaldo F. Gandra, Diretor de obras do município de Jundiahy, 16-08-1924;
- Planta do encanamento geral - Estudo para o abastecimento d'água de Jundiahy, escala 1: 6.000, Prefeitura do Município de Jundiahy (classe 47-3), 15-11-1893.

### Referências diretas à história de Jundiaí:

- CAMPANHOLE, A. et. alli. *Aditamentos à história da fundação de Jundiaí*. São Paulo: Litarte, 1994.

Os autores discutem as diversas versões referentes à origem da cidade.

- CORDEIRO, J. P. L. Sobre a fundação de Jundiaí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1959. pp. 41-49. (vol. LVII).

Artigo que trata da data e das condições de fundação do povoado.

- FOOT, N., COLAFERRI, A. *Elementos para a história de Jundiaí*. Jundiaí, SP: Sociedade Amigos de Jundiaí, 1955.

Trata-se de um dos primeiros trabalhos relativos à história de Jundiaí no qual os autores apresentam documentos e citações relativos ao povoamento do "Mato Grosso de Jundiahy", sua elevação à vila e, depois, à cidade e seus primeiros moradores.

- MAZZUIA, M. *Jundiaí através de documentos*. Jundiaí, SP: Palmeiras, 1976.
- MAZZUIA, M. *Jundiaí e sua história*. Jundiaí, SP: Prefeitura do Município de Jundiaí, 1979.

Em ambos os trabalhos, Mário Mazzuia transcreve documentos primários referentes à Jundiaí entre os séculos XVII e XIX, com destaque para as Atas da Câmara Municipal e os Autos de Diligência Policial.

- PONTES, A. T. *Jundiaí - Edição Histórica*. São Paulo: Escalibur, 1970.

Livro que procura reconstruir a história de Jundiaí através de mapas de época, textos e citações.

- SOUSA, J. S. I. *A agricultura em Jundiaí: lavradores e lavouras de antanho (1615-1970)*. Campinas, SP: Indústrias Gráficas Massaioli, 1970.

O autor faz uma síntese das condições da fundação do povoado, apresenta fotos de machados e mãos-de-pilão polidos encontrados em terras do município e traça um panorama de sua agricultura.

- SPIX, J. B., MARTIUS, C. E. P. *Viagem pelo Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981. (Vol.1).

Martius (1794-1868) era botânico, natural da Baviera (atual Alemanha) e esteve no Brasil entre 1817 e 1821. Seu conterrâneo, Spix (1781-1826), esteve aqui entre 1817 e 1820. Juntos, eles percorreram parte significativa do território brasileiro, retratando paisagens, observando costumes, desenhando mapas, animais e pessoas que foram registrados em seus diários. A então "vila de Jundiahy" fez parte do roteiro desses viajantes.

- TSCHUDI, J. J. *Viagem à províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980.

Diplomata suíço, Tschudi (1818-1887) esteve no Brasil em 1857 e, ao passar por Jundiaí, não pôde deixar de salientar as condições de pobreza do local em meados do século XIX.

### Outras referências bibliográficas

- AB'SABER, A. N. A terra paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, 23, 1956, pp. 5-38.

O texto apresenta um panorama histórico sobre a forma de povoamento e exploração adotada durante a ocupação das terras paulistas através de uma perspectiva geográfica e geomorfológica.

- ATAÍDES, J. M. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul do Brasil central*. Goiânia: Editora UCG, 1998.

O livro aborda as formas de contato e os violentos conflitos havidos entre as frentes de expansão da sociedade nacional e os índios Kayapó no Brasil central.

- AZANHA, Gilberto, VALADÃO, Virgínia Marcos. *Senhores destas terras*. 2ª ed. São Paulo: Atual, 1991.

Com grande quantidade de documentos, este paradiático analisa as relações entre índios e "brancos" desde o período colonial até os dias atuais.

- CHMYS, I. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1(1), Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá, 1976, pp. 119-148.

Este artigo sintetiza o significado, a adequação dos termos e os elementos utilizados durante a análise do material cerâmico encontrado na arqueologia brasileira.

- CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP: 1992, pp. 9-24.

A obra analisa a cultura indígena desde o início da ocupação do território até os dias atuais, denunciando o seu verdadeiro genocídio.

- FLORENTINO, M., GÓES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e o tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Através da revisão de estudos de demografia histórica, os autores traçam contornos inéditos sobre o parentesco entre as famílias escravas. Assim, desmontam as falsas idéias de que os escravos não teriam sido capazes de formar famílias organizadas ao longo do tempo.

- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

Trata-se de um clássico da historiografia, obra de referência para o estudo do passado escravocrata e das formas de organização e estruturação socioeconômicas do Brasil.

- FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.

Manual introdutório sobre Arqueologia que fornece não apenas informações básicas sobre a disciplina, mas também apresenta ao leitor as diversas vertentes arqueológicas.

- HOLANDA, S. B. de. Movimentos de população em São Paulo no século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1966. pp. 55-111.

Artigo que analisa o processo de povoamento do interior paulista, traçando os motivos que levaram à formação e ao desmembramento das primeiras vilas e cidades no transcorrer do século XVIII.

- HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

Em estilo literário, o autor narra a ação dos bandeirantes no território paulista e, conseqüentemente, seu papel na expansão das fronteiras do país.

- JACOBUS, A. L. *Resgate arqueológico e histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha/RS)*. Taquara, RS: IFCH/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1996 (dissertação de mestrado).

No que se refere a Jundiá, a importância deste trabalho está na semelhança existente entre o material cerâmico lá encontrado e o nosso, o que pode indicar a presença de africanos com a mesma origem étnica.

- KOSHIBA, Luiz. *O índio e a conquista portuguesa*. São Paulo: Atual, 1994.

Livro paradigmático que analisa o conflito entre a sociedade igualitária indígena e a cultura hierárquica trazida pelos colonizadores portugueses.

- MARQUES, M. E. A. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo até 1876*. 3ª ed. São Paulo: Edusp/ Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

Levantamento documental com informações variadas sobre a província de São Paulo no século XIX. No verbete sobre Jundiá, o autor afirmou que a fundação da vila deu-se por volta de 1615, com a vinda das famílias de Rafael de Oliveira e Petronilha Antunes, que fugiam da justiça.

- MATTOS, H. M. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Livro que traz reflexões sobre as mudanças ocorridas nas relações de dominação entre senhores e escravos no período final da escravidão e sobre os múltiplos significados da liberdade àquela época.

- MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

Através de extensa pesquisa documental, Monteiro oferece novos contornos sobre o papel das populações indígenas na formação da identidade da sociedade paulista colonial.

- MORALES, W. F. *A escravidão esquecida: a administração indígena na Vila de Jundiá durante o século XVIII*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/ Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2000 (dissertação de mestrado).

Dissertação que deu origem ao trabalho apresentado neste terceiro volume da série Memórias.

- NEME, M. Dois antigos caminhos dos sertanistas de São Paulo. *Separata do tomo XXIII dos Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1969, pp. 9-100.

O autor analisa os possíveis caminhos para a circulação de pessoas e mercadorias durante o período colonial, em terras paulistas.

- ORSER JR., Charles E. *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

Manual introdutório que explica o que é a Arqueologia Histórica e mostra como os arqueólogos conduzem suas pesquisas, estudam os objetos que encontram e usam as muitas fontes de informação disponíveis.

- PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995 (selo universidade, 43).

A partir de testamentos de moradores livres e libertos na região do rio das Velhas Minas, em Minas Gerais, o



*Fotólitos e Impressão:*  
**Cruzeiro Editora e Artes Gráficas**  
Av. 17 nº 658 - Centro - Fone: (19) 3534-3097  
Cep 13500-320 - Rio Claro - SP



Secretaria Municipal  
de Planejamento  
e Meio Ambiente



Cidade do Novo Século